



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO  
Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade

ATA DE REUNIÃO

**1. IDENTIFICAÇÃO DO COMITÊ/COMISSÃO/GRUPO**

**Nome:** Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade (CPLS)

**Coordenadora:** Sandra Miguel Abou Assali Bertelli - Juíza Auxiliar da Presidência

**2. INFORMAÇÕES DA REUNIÃO**

**Data:** 13/03/2024

**Hora:** 10h00

**Local:** 24º andar – Edifício SEDE

**3. PARTICIPANTES**

Nome	Lotação
Sandra Miguel Abou Assali Bertelli	Coordenadora
Rômulo Borges Araújo	Vice-Cordenador
Rita Kotomi Yuri	Secretaria-Geral da Presidência
João Vitor Gândra	Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial
Aquiles José Malvezzi	Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações
Márcio Vinícius Gimenes Milan	Secretaria de Gestão Estratégica e Projetos
Juliana Cavalcante Parpinelli	Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade e Inclusão

**4. PAUTA**

- Programa de eficiência energética ENEL 2023-2024;
- Ambiente de contratação livre de energia (Mercado Livre de Energia);
- Padronização dos espaços e de mobiliário nas varas de trabalho

**5. DISCUSSÕES**

A abertura da reunião foi realizada pela Coordenadora do Comitê, Dra. Sandra Miguel Abou Assali Bertelli, dando início ao debate a respeito do primeiro ponto da pauta, o Programa de eficiência energética da ENEL.

A palavra passou para o Diretor da SILAP (João Vitor Gândra), que explicou que o Programa fazia parte de uma ação legal obrigatória da ENEL, que deve destinar um



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade**

percentual de sua verba para programas com o intuito de gerar economia de energia através do uso com maior eficiência.

A partir daí, detalhou como funciona na prática o programa. A ENEL abre um chamamento público, e empresas interessadas se inscrevem, representando órgãos públicos ou outras pessoas jurídicas.

Após a inscrição, o projeto é apresentado para a ENEL que, através de uma comissão, escolherá dentre os vários existentes, aqueles que são mais eficientes, custeando toda a execução, em um valor limite que, para o programa 2023-2024, será de R\$ 4.000.000,00.

Trazendo para a realidade do Tribunal, Gândra explicou que, para gerar maior transparência, seria interessante o Tribunal abrir um chamamento público para garantir que qualquer empresa interessada em representar o Tribunal junto ao Programa de Eficiência Energética pudesse demonstrar interesse.

Foi explicado que a inscrição junto à ENEL ocorre por tipologia do projeto, ou seja, que a empresa que representar o Tribunal deverá preparar o projeto exclusivo de determinado assunto. Nesse momento, o Diretor da SILAP salientou que entendia ser mais interessante que o projeto fosse para atualização do sistema de ar-condicionado do Fórum Ruy Barbosa justamente por serem recorrentes os problemas que envolve a questão da refrigeração do prédio.

O comitê discutiu a respeito de uma possível ampliação para mais de uma tipologia, incluindo também a modernização dos elevadores do Fórum Ruy Barbosa. A intenção seria buscar ampliar as possibilidades de projetos bem-sucedidos, e que fossem escolhidos pela ENEL para execução.

Gândra ressaltou que seria interessante, uma vez que, tanto a atualização do ar-condicionado, quanto dos elevadores, seria algo importante para o Tribunal, além do fato da ENEL, no momento da decisão do projeto, utilizar como critério a eficiência energética daquele projeto, ou seja, independente da tipologia do projeto escolhido, seria aquele que traria para o Tribunal uma maior economia energética.

Foi levantada a possibilidade de ampliar ainda mais o número de tipologias possíveis. Entretanto, em consenso, o comitê concluiu que seria mais assertivo limitar aos projetos de ar-condicionado e/ou de elevador a fim de realmente atender às necessidades principais do Tribunal e não perder o foco mais eficiente.

Antes de iniciar o segundo tema da pauta, foi comentado pela Coordenadora do Comitê, Dra. Sandra, que, a fim de buscar maior eficiência para a Administração do Tribunal, seria importante que a SILAP realize um mapeamento dos problemas existentes, a fim de buscar uma maior economia, definir prioridades, e permitir uma ação preventiva por parte do Tribunal.

O Diretor da SILAP salientou que já havia solicitado tal ação ao assumir a Secretaria, e que daria prosseguimento com esse mapeamento.

Em relação ao segundo tema da pauta, que diz respeito ao ambiente de contratação livre de energia, o Diretor-Geral, Sr. Rômulo, ponderou que, em razão das



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade**

características atuais de liberação orçamentária, esse modelo ainda não seria adequado. Que para implementar algo desse tipo, seria necessário até uma alteração da lógica do orçamento, uma vez que poderia demandar um aporte instantâneo de valor para aquisição da energia a ser utilizada no decorrer do ano.

Assim, entendia não ser um ponto a se pensar no momento, sendo mais adequado deixar o assunto para outras reuniões, após uma análise de âmbito nacional por parte do Conselho.

Por fim, em relação ao terceiro tema, foi citado pelo Diretor-Geral que para que ocorresse uma padronização dos espaços de trabalho do Tribunal, teria que ocorrer por prédio, uma vez que cada um deles possui características próprias. O que poderia ocorrer seria definir um padrão e, a partir daí, levar em consideração esse padrão definido na análise de novos prédios a serem adquiridos ou alugados.

Dessa forma, foi ponderado que a padronização poderia auxiliar a tomada de decisões para locação/aquisição de imóveis.

Nessa linha de padronização de espaços, a Sra. Rita pontuou que vinham surgindo pedidos isolados de alterações de alguns prédios, como, por exemplo, construção de salas de perícia e segundas salas de audiência. Que pedidos assim também deveriam ter definição prévia se serão aprovados ou não, uma vez que nem todos os locais comportariam algo semelhante.

Gândra confirmou que realmente havia surgido um pedido de sala de perícia em São Bernardo do Campo, mas que de novas salas de audiência, desde a data de assunção como Diretor da SILAP, não haviam surgidos novos pedidos, mas que faria um levantamento dos mais antigos e, se fosse o caso, levaria a questão para análise do comitê posteriormente.

Os demais integrantes do comitê reforçaram que realmente criar espaços de forma isolada pode ser um problema, na medida que alguns locais não poderiam ter algo semelhante por limitação de espaço.

O Sr. Rômulo pontuou também em relação a uma possível padronização de mobiliário, a ser implementada a médio e longo prazo. Que poderia começar em prédios que estão sendo reformados, como, por exemplo, do Fórum de Santos, e já introduzir o padrão de mobiliário definido. Que na próxima reunião poderiam ser apresentadas algumas opções a fim de serem discutidas e analisadas.

## **6. ENCAMINHAMENTOS**

<b>Ação/medida a ser tomada</b>	<b>Responsável</b>	<b>Data</b>
Apresentar edital de chamamento público para definição de empresas para representar o Tribunal junto ao edital da ENEL do Programa de Eficiência Energética	SILAP	Até 01/04/2024
Análise de pedidos de criação de novos espaços por parte das unidades do Tribunal	SILAP	Para apresentação na próxima reunião do



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO**  
**Comitê de Patrimônio, Logística e Sustentabilidade**

		Comitê se for o caso
Mapeamento dos problemas existentes nos diversos prédios do Tribunal	SILAP	Buscar realizar o quanto antes para que as definições de prioridades e ações preventivas possam ocorrer

**7. FECHAMENTO**

**Data, hora e local da próxima reunião:** em horário e data a definir.

**8. ASSINATURA**

<b>Nome</b>	<b>Assinatura</b>
Sandra Miguel Abou Assali Bertelli	
Rômulo Borges Araújo	
Rita Kotomi Yuri	
João Vitor Gândra	
Aquiles José Malvezzi	
Márcio Vinícius Gimenes Milan	
Juliana Cavalcante Parpinelli	